

# Alinhamento entre China e América Latina, e retrocesso democrático

## Obter tração para uma ordem mundial com liderança chinesa\*

KELLY SENTERS PIAZZA, PhD

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

CADETE MAX LASCO, ACADEMIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

CADETE JACQUELINE KELLY, ACADEMIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

CADETE HARVEY REGIN, ACADEMIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

CADETE JONCARL VERA, ACADEMIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

Nas últimas décadas, a China tem traduzido seu crescimento econômico impressionante em um amplo espectro de poder, englobando aspectos políticos, diplomáticos e militares, entre outros. À medida que o poder da China foi crescendo, ele também aguçou suas ambições internacionais, o que traz um desafio para os Estados Unidos e vai de encontro à ordem internacional predominantemente liberal. Para apoiar essas ambições, a China expandiu suas relações e interações com países do mundo todo, principalmente no Sul Global, onde a China alega compartilhar uma narrativa.

Em especial, a influência da China está sendo sentida cada vez mais em vários países da América Latina, uma região historicamente considerada como certamente estando dentro da esfera de influência exclusiva dos Estados Unidos. Inicialmente, a presença da China na região dava-se principalmente em assuntos econômicos. No entanto, fontes de informações revelaram as intenções da China de expandir sua presença militar na região, incluindo planos de sedes militares e de inteligência em Cuba e Nicarágua.<sup>1</sup>

O aumento considerável do envolvimento da China com a América Latina coincide com uma mudança regional para longe da democracia, rumo ao autoritarismo. Líderes de ditaduras latino-americanas, como Cuba, Nicarágua e Venezuela, foram consolidando o poder nas mãos de indivíduos de forma estável. Além disso, vários países da região, mesmo os que contam com níveis estabelecidos ou moderados de democracia, passaram por retrocessos nos últimos anos. De acordo com enquetes recentes de opinião pública da Latinobarómetro, houve uma

\*Copublicado em inglês, espanhol e português, em colaboração com o Jornal de Assuntos da Região Indo-Pacífico da Força Aérea dos EUA. As visões apresentadas neste artigo são dos autores e não necessariamente refletem a política ou posição oficial da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos, da Força Aérea, do Departamento de Defesa ou do governo dos EUA. PA número USAFA-DF-2023-581.

redução persistente do apoio à democracia na América Latina, o que levou a revista *The Economist* a alegar que a região havia passado pela recessão da democracia mais significativa do mundo nas últimas duas décadas.<sup>2</sup>

Embora haja uma vasta documentação referente ao aumento das relações e interações da China com países da América Latina, as ramificações políticas dessas ações no âmbito doméstico, que, por sua vez, podem afetar as relações internacionais e fortalecer a China, continuam mal-entendidas. Este artigo busca abordar essa lacuna de conhecimento no contexto das relações entre a China e a América Latina, bem como a erosão da democracia na América Latina. Isso é particularmente pertinente devido à importância estratégica da região, que advém de seus recursos naturais valiosos e sua proximidade geográfica dos Estados Unidos.

Este artigo apresenta uma visão geral das ambições internacionais abrangentes da China, conforme definidas na Estratégia de Segurança Nacional. Em seguida, o artigo analisará dois corpos literários: um focado nas causas do retrocesso democrático e outro que examina as consequências políticas das interações internacionais no âmbito doméstico. Essas fontes fundamentam a hipótese deste artigo de que as interações e alianças com a China, um ator global autoritário e poderoso, podem servir como catalisador do retrocesso democrático doméstico. O artigo extrapola essa hipótese e explora os possíveis mecanismos na terceira seção.

O artigo também apresenta os diversos métodos de pesquisa preliminares adotados para avaliar a hipótese e as expectativas associadas. Mais especificamente, a abordagem do artigo incorpora avaliações quantitativas iniciais, incluindo dados abrangentes e atualizados com uma codificação meticulosa do horizonte temporal, bem como dois estudos de caso focados em El Salvador e no Brasil. Os achados do artigo não revelam nenhum indício quantitativo forte que indique que o alinhamento com a China, conforme medido pelo histórico de votos, afeta negativamente a democracia doméstica nos países latino-americanos. De fato, o artigo não observou nenhuma relação quantitativa discernível.

Não obstante, os estudos de caso qualitativos do artigo sugerem que a relação possa ser mais substancial que o indicado pela nossa análise quantitativa. Em particular, os estudos de caso apresentam indícios preliminares de que o aprofundamento das relações com a China, principalmente nas esferas econômica e diplomática, pode incentivar países latino-americanos governados por líderes com tendências autoritárias a enfraquecerem as instituições democráticas. No caso de El Salvador, a política de “não interferência” da China promove seu líder cada vez mais autoritário enquanto compromete a dissuasão ocidental contra o retrocesso democrático. Do mesmo modo, no Brasil, a política de investimento estrangeiro direto da China, operando segundo a política de “não interferência”, nutre as tendências autoritárias, incluindo ameaças à soberania do povo e incitação de protestos

violentos em resposta aos resultados de eleições. Em troca, a China obtém um alinhamento político e militar maior em uma região de imensa importância geopolítica.

Embora novas pesquisas sejam necessárias para validar e refinar essa conexão, o estudo inicial deste artigo realça a importância de examinar a questão mais a fundo. É intrigante que as avaliações quantitativas do artigo tenham revelado que o alinhamento com os Estados Unidos, conforme medido pelo histórico de votos, afeta negativamente a democracia. Há várias explicações possíveis para essa relação, inclusive a possibilidade de uma correlação falsa. As próximas pesquisas devem mergulhar mais fundo nesse assunto, reconhecendo as possíveis implicações políticas que podem surgir.

### **As ambições globais da China e o papel das regiões em desenvolvimento**

A China tem há muito tempo alimentado ambições de restaurar seu poder até atingir os patamares de seus ilustres impérios históricos. Com o passar dos séculos, da Dinastia Han em 200 a.C. à Dinastia Qing no século 19, a China recebeu tributos dos Estados vizinhos, acumulando uma grande fortuna no epicentro do comércio no Leste Asiático. Não obstante, no século 20, a posição internacional da China sofreu um golpe forte durante o que o próprio país chama de “Século da Humilhação”. Esse período foi marcado por conflitos debilitantes, incluindo as Guerras do Ópio, a Guerra Civil Chinesa e a ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Depois que o Partido Comunista Chinês (PCC) venceu a guerra civil e chegou ao poder, ele colocou a Rússia contra os Estados Unidos por várias décadas, enquanto a China passava por várias etapas de desenvolvimento, incluindo as Quatro Modernizações, o Grande Salto Adiante e uma série de estratégias internacionais implementadas por Mao Zedong e Deng Xiaoping. O momento mais crucial foi em 1989, com o Massacre da Praça da Paz Celestial, que resultou em condenação internacional e sanções econômicas, evidenciando a vulnerabilidade do poder conquistado pelo PCC em uma ordem mundial liberal liderada pelos EUA.

Com o tempo, a China reconheceu a necessidade de atingir o status de superpotência industrializada, hegemonia regional e influência global em um mundo anárquico. O PCC implementou essa estratégia meticulosamente sob vários líderes, de Deng Xiaoping (1978-1991) a Hu Jintao (2002-2012) e, por fim, Xi Jinping (2012-presente).<sup>3</sup>

Em resposta aos desafios, como a baixa alfabetização dos camponeses, pobreza, indústrias pouco desenvolvidas e concorrência global no fim do século 20, Deng liderou a China no sentido de “esconder suas capacidades e passar o tempo”<sup>4</sup> en-

quanto modernizava a agricultura, indústria, ciência, tecnologia e educação.<sup>5</sup> O progresso nessas áreas criou as bases do que levou a China à preeminência, uma trajetória herdada por Hu em 2002. Desviando da abordagem cautelosa de Deng e inspirado pela crise financeira de 2008 e pelo enfraquecimento percebido da hegemonia dos EUA,<sup>6</sup> Hu promoveu uma política de “conquistar algo ativamente”, que incluía aumentar a influência regional.<sup>7</sup> Os esforços de Hu serviram de base para a política de Xi de “aproximar-se do palco central do mundo”, com o objetivo de alavancar o alcance e a influência globais da China.

No cerne da busca do PCC por influência global está sua relação com o Sul Global. Essa relação cumpre vários propósitos: obtenção de matéria-prima de regiões ricas em recursos e exportação de materiais processados para expandir a economia da China; proteção da China e Estados autocráticos amigáveis contra sanções do Ocidente; utilização do poder econômico da China para exercer pressão política globalmente; e estabelecimento de uma coalizão anti-EUA para formar um sistema internacional liderado pelos chineses.

A Iniciativa do Cinturão e Rota do presidente Xi desempenha um papel crucial nesses objetivos. Essa iniciativa estabelece laços econômicos com o Sul Global, protege os mercados estrangeiros e garante o acesso a recursos naturais vitais para a manufatura.<sup>8</sup> A iniciativa também traz várias vantagens para a China, incluindo mão de obra chinesa, ganhos consideráveis de juros de quitação de dívidas, direitos exclusivos a recursos e força política. Além disso, ela se opõe à influência dos EUA, inundando mercados em desenvolvimento com produtos chineses a preços competitivos, incluindo tecnologia e infraestrutura de comunicação.<sup>9</sup> Porém, a presença global da China estende-se além das esferas econômicas.

A China estabelece parcerias ativamente de Sul a Sul para isolar-se diplomaticamente de coerções externas e aumentar seu poder relativo, indo de encontro à rede de aliados dos Estados Unidos.<sup>10</sup> Enquanto os EUA utilizam seus sistemas financeiros para isolar Estados dissidentes do comércio global, a China acolhe vários esforços multilaterais que endossam o princípio de não interferência, como o BRICS, uma associação que engloba Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.<sup>11</sup> Por exemplo, durante a invasão russa da Ucrânia, o Ocidente condenou Moscou e impôs sanções à Rússia, enquanto a rede do BRICS manteve as relações com a Rússia, alinhando-se ao princípio de não interferência e nutrindo relações amigáveis.<sup>12</sup>

Em resposta à Grande Recessão, a China estabeleceu ativamente seus próprios sistemas financeiros em oposição aos dos Estados Unidos. Essas iniciativas reforçam a autonomia econômica da China, protegem contra sanções externas e avançam metas políticas, incluindo o princípio de não interferência.<sup>13</sup> O PCC oferece investimentos generosos a países e líderes dispostos a ignorar o envolvimento da

China em violações dos direitos humanos e comprometer-se a manter relações bilaterais com os chineses.<sup>14</sup> Embora esses investimentos possam parecer vantajosos para os países e líderes que os recebem, eles geralmente atendem aos interesses do PCC, comprometendo a democracia, aprisionando os países recebedores em dívidas (isto é conhecido como *diplomacia com armadilhas de dívidas*) e sujeitando-os a relações abusivas com a China.

Apesar de termos um entendimento razoável de como a China interage com o Sul Global para reforçar sua influência global, temos conhecimentos limitados sobre se e como esses esforços, em conjunto com as interações e alinhamentos relacionados, influenciam as políticas domésticas, principalmente o compromisso com a democracia. Não obstante, podemos obter *insights* de duas vertentes da literatura de ciência política: uma que examina as causas do retrocesso democrático, e outra que explora os efeitos dos alinhamentos internacionais. Esses *insights* trazem perspectivas valiosas do que podemos esperar dessa inter-relação complexa.

## **Retrocesso democrático e alianças internacionais: o que sabemos**

### ***Retrocesso democrático e suas causas***

O retrocesso democrático tornou-se um receio crescente no mundo todo, chamando a atenção dos acadêmicos. Várias das pesquisas nessa área dedicaram-se a dissecá-lo conceitualmente e examinar as diversas formas que ele pode assumir, tanto na teoria quanto na prática. Embora as terminologias variem, muitos pesquisadores alinham-se à definição abrangente de Nancy Bermeo de *retrocesso democrático* como o “enfraquecimento ou eliminação pelo Estado das instituições que sustentam uma democracia existente”.<sup>15</sup> Identificaram-se exemplos concretos desse fenômeno em países como Venezuela, Turquia e Hungria.

No entanto, apesar do reconhecimento e do receio generalizados em relação ao retrocesso democrático, os acadêmicos avançaram relativamente pouco na explicação das causas subjacentes. A análise anual de David Waldner e Ellen Lust deu passos nessa direção, delineando várias teorias do que se acredita estar por trás do retrocesso. Por exemplo, teorias baseadas em agências, teorias relacionadas à cultura política, argumentos relacionados a instituições políticas, teorias enraizadas na economia política e teorias que pertencem à estrutura social e às coalizões políticas.<sup>16</sup> Elas também reconhecem a importância dos fatores internacionais, postulando que as intervenções internacionais, expansão nacional por meio de ocupação, interações com o Ocidente liberal-democrático (com foco na influência e nos vínculos), difusão regional, participação em organizações internacionais, monitoramento de eleições e auxílios externos, tudo isso tem o potencial de influ-

enciar a democracia, principalmente no sentido de aprofundar os valores democráticos.<sup>17</sup>

Embora não explorem a fundo se e como a convergência desses fatores pode afetar o retrocesso democrático, continua sendo plausível que eles, entre outros, possam de fato ter esses efeitos. Por exemplo, em vez de contemplar a influência do uso de influência e vínculos por parte do Ocidente liberal e democrático para promover a democracia em regimes competitivos e autoritários, é concebível conduzir um estudo focado no uso de influência e vínculos por parte da China não liberal e não democrática para propagar o autoritarismo, contribuindo, assim, para o retrocesso democrático.<sup>18</sup> Este artigo pretende aprofundar-se precisamente nesse aspecto. Porém, antes de entrar nos detalhes específicos, precisamos considerar os *insights* que podemos encontrar na literatura de relações internacionais para enriquecer ainda mais o nosso entendimento e as nossas expectativas referentes a esse tema.

### *Alianças internacionais e seus efeitos*

Embora a área de Relações Internacionais tradicionalmente se concentre nas interações entre Estados, ela acolheu recentemente o reconhecimento de interações de níveis cruzados relevantes. Ela reconhece que os fenômenos políticos domésticos têm o potencial de moldar as interações internacionais. Em particular, a análise de políticas exteriores exemplifica uma “guinada doméstica” dentro da teoria das Relações Internacionais.<sup>19</sup> Essa literatura, entre suas diversas contribuições, reconhece que os fatores domésticos, incluindo o tipo de regime político e ideologia política do chefe de Estado, desempenham um papel na formação de alianças internacionais e na natureza dessas alianças.<sup>20</sup>

No entanto, a literatura que explora a influência dos fatores internacionais nas políticas domésticas é limitada. Algumas exceções incluem a observação de Cramer Warren de que “os Estados que formam alianças internacionais com parceiros democráticos têm uma probabilidade maior de desenvolver instituições democráticas domésticas”.<sup>21</sup> Warren encontrou indícios de que países autoritários aliados a nações democráticas começam a adotar características democráticas,<sup>22</sup> e Ronald Rogowski argumentou que o comércio tem um impacto nas políticas domésticas.<sup>23</sup> Embora essas fontes não tenham investigado especificamente como as políticas externas moldam diretamente as políticas domésticas, elas indicam uma relação que este artigo busca analisar, principalmente a noção de que as interações internacionais podem influenciar os resultados políticos domésticos. Nas seções a seguir, abordaremos essa possibilidade e apresentaremos uma teoria que delinea as possíveis formas em que as interações e alianças internacionais podem permear e afetar os desenvolvimentos políticos domésticos.

## **Teoria das interações internacionais, concorrência estratégica e retrocesso democrático**

Como mencionado acima na literatura, o Ocidente democrático utiliza influência e vínculos em suas negociações com Estados autoritários para incentivar as transições e consolidações democráticas. Este artigo afirma que há motivos convincentes para considerar que as interações com o PCC autoritário podem criar oportunidades para um retrocesso democrático.

Antes da ascensão da China à preeminência global, o Sul Global apoiava-se bastante na comunidade internacional, liderada pelos Estados Unidos, para obter assistência estrangeira no sentido amplo, geralmente acompanhada por condições políticas. Porém, no mundo multipolar contemporâneo, há várias fontes viáveis de assistência, ou seja, os países do Sul Global passaram a ter opções alternativas. Consequentemente, se as nações do Sul Global ficassem insatisfeitas com o auxílio ou as condições associadas a ele pelos Estados Unidos e seus parceiros, elas teriam alternativas com termos diferentes. Esse ambiente de “escolha” pode nutrir as condições que conduzem ao retrocesso democrático.

No fim das contas, enquanto a China continua interagindo com os países do Sul Global para avançar suas ambições globais, e enquanto os Estados Unidos tentam manter seu *status* de parceiro preferido, existe uma probabilidade crescente de oferecer assistência sem nenhuma condição associada. Isso pode dar aos líderes autoritários do Sul Global a cobertura necessária para comprometer a democracia e solidificar o regime autoritário.

### **Por que a América Latina?**

É imperativo que as pesquisas considerem a América Latina como uma arena emergente de concorrência estratégica entre os Estados Unidos e a China por diversos motivos plausíveis. Primeiramente, a América Latina possui recursos naturais preciosos e mercados florescentes, que são cruciais para impulsionar o crescimento das superpotências globais. Do início ao meio da década de 2000, a América Latina desempenhou um papel crucial no fomento ao crescimento econômico rápido nos mercados emergentes, principalmente a China, graças às suas *commodities* abundantes, como petróleo, minerais, metais e produtos agrícolas. Hoje, a América Latina volta ao palco central em termos de importância econômica global devido ao papel crucial que desempenha na transição para a energia renovável. Países como Chile, Argentina e Bolívia, que formam “o triângulo do lítio”, possuem mais de 60% das reservas de lítio do mundo, um mineral essencial para a produção de baterias. Só o Brasil detém 17% das reservas mundiais de níquel, enquanto o Peru e o Chile são os principais fornecedores de cobre do

mundo.<sup>24</sup> A propriedade estatal considerável de depósitos de minérios na América Latina permite que os governos regionais façam cálculos políticos e avaliem os alinhamentos políticos ao conceder acesso a esses recursos vitais. Por exemplo, em janeiro de 2023, a Bolívia concedeu direitos exclusivos para extrair lítio das maiores reservas do mundo à empresa chinesa de baterias CATL, escolhendo-a em vez das concorrentes estadunidenses e russas.<sup>25</sup> Essa decisão foi tomada depois de anos de retrocesso democrático na Bolívia e uma eleição de 2019 que a Organização dos Estados Americanos considerou “impossível de validar” devido à “manipulação intencional e irregularidades graves”.<sup>26</sup> A influência que os países latino-americanos têm na determinação de quais nações podem acessar esses minérios cruciais desempenhará um papel fundamental nos resultados da concorrência entre superpotências.

Em segundo lugar, a proximidade entre a América Latina e os Estados Unidos instigou os interesses da China em estabelecer uma presença militar física na região, potencialmente contribuindo para conflitos cinéticos. As relações entre os Estados Unidos e as nações da América Latina, principalmente Estados autoritários, como Cuba, Venezuela e Nicarágua, estão cada vez mais tensas. Informações recentes revelaram planos de colaboração entre a China e Cuba, uma fortaleza persistentemente autoritária, para criar um centro de treinamento militar conjunto, complementando as quatro estações conjuntas de espionagem que já estão em funcionamento na ilha. Além disso, negociações secretas foram feitas entre a China e o presidente autoritário da Nicarágua, Daniel Ortega, para construir um porto de alto-mar no litoral da Nicarágua capaz de servir como base naval.<sup>27</sup> A existência e os planos de construir mais bases militares chinesas no hemisfério ocidental, além de desafiar diretamente a esfera de influência tradicional dos Estados Unidos, também ameaçam sua segurança nacional, considerando-se os vastos amortecedores oceânicos que sempre separaram o país de seus rivais. A presença das forças amadas de um adversário comparável dentro de cem milhas do litoral dos EUA representaria o aumento mais significativo da concorrência estratégica desde a crise dos mísseis de Cuba em 1962.

Também é crucial considerar que o controle chinês dos pontos de gargalo logístico essenciais da América Latina, que são necessários para realizar operações comerciais e bélicas, pode perturbar o fronte interno e as capacidades militares dos Estados Unidos. A América Latina atua como um corredor econômico e militar global essencial que liga as Américas do Norte e do Sul, bem como os Oceanos Atlântico e Pacífico através do Canal do Panamá e do Estreito de Magalhães. O Canal do Panamá em particular é indispensável para o comércio mundial, com mais de USD 270 bilhões em mercadorias atravessando-o anualmente e servindo a mais de 140 rotas marítimas de mais de 80 países.<sup>28</sup> Embora os Estados Unidos



sejam o principal usuário do canal, o Panamá governa a hidrovia e aluga os portos para quem oferecer mais. A expansão acelerada dos investimentos econômicos da China na região gera as condições para um regime político menos alinhado aos interesses dos EUA, concedendo, assim, mais autoridade à China. Uma subsidiária sediada em Hong Kong já gerencia dois grandes portos nas saídas do canal para o Pacífico e para o Atlântico.<sup>29</sup> No fim das contas, a proliferação de portos controlados pelos chineses na região pode ser usada para impedir seriamente a liberdade dos EUA de navegar e ocultar atividades militares de reposição de forças navais no Pacífico durante períodos de guerra.

Em terceiro lugar, a tendência prevalente de retrocesso democrático na América Latina pode perturbar um equilíbrio geopolítico delicado e reforçar ainda mais a assertividade da China. Como mencionado acima, no trecho sobre o BRICS, os países latino-americanos que estão passando por uma erosão da democracia têm adotado cada vez mais os princípios de não interferência e não alinhamento em apoio às aspirações globais da China de expandir parcerias diplomáticas e laços econômicos. Basicamente, à medida que a região aprofunda suas relações com a China, a neutralidade alinha-se cada vez mais à cumplicidade nas violações de leis internacionais e ataques a instituições democráticas. As implicações dessas mudanças, em conjunto com os realinhamentos diplomáticos regionais crescentes de Taiwan para a China, podem ter consequências de longo prazo, incluindo uma possível invasão chinesa da democracia de Taiwan.<sup>30</sup> Em suma, parece haver uma relação circular, consolidante e autossustentável entre o retrocesso democrático na América Latina e o auxílio e as tendências antiliberais da China na arena internacional. Nas próximas seções, elucidaremos a nossa contribuição exclusiva para o nosso entendimento dessa relação, aprofundando-nos especificamente em como o alinhamento entre a América Latina e a China se traduz em mudanças democráticas domésticas.

### **Estrutura da pesquisa**

Para entender melhor como as alianças internacionais ou a “proximidade” influenciam a democracia e o retrocesso democrático na América Latina, este artigo adota uma combinação de avaliações quantitativas e estudos de caso. Na análise quantitativa, este artigo obteve dados de duas fontes principais: os dados de votação da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e o conjunto de dados do Variedades de Democracia (VDEM).<sup>31</sup> Essa abordagem diverge dos métodos convencionais, uma vez que o artigo se concentra em alinhamentos internacionais sem orientação econômica, que estão ficando cada vez mais significativos no cenário geopolítico atual.

Para calcular as proporções anuais de “alinhamento de votos” da Assembleia Geral das Nações Unidas entre cada país latino-americano e a China ou os Estados Unidos, utilizamos o pacote R de “não votos” de David Robinson e Nicholas Groguen-Compagnoni. Além disso, complementamos esses dados com os códigos originais dos últimos três anos (2020-2022).<sup>32</sup> A nossa análise cobre o período de 1971 a 2022, alinhada ao reconhecimento pela Assembleia Geral da ONU da República Popular da China e a renúncia a Taiwan em outubro de 1971. Para determinar o alinhamento dos votos, consideramos que os votos da ONU estão alinhados quando: (1) ambos os países votaram “sim”; (2) ambos os países votaram “não”; ou (3) ambos os países “abstiveram-se”. Essa proporção anual de “alinhamento dos votos” da Assembleia Geral da ONU serve como a nossa principal variável explanatória, o que também achamos inerentemente informativo para as nossas finalidades.

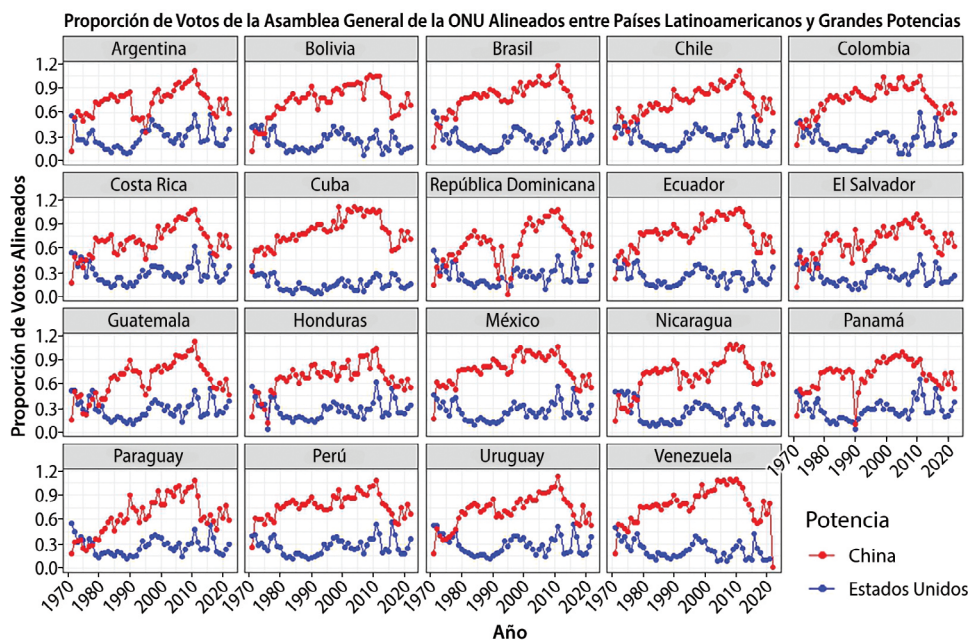
Do conjunto de dados do VDEM, utilizamos dois índices estabelecidos de democracia: o índice de democracia eleitoral de Michael Coppedge e companheiros, e o índice de democracia liberal. Esses índices permitem-nos construir medidas de retrocesso democrático, captando as mudanças nas pontuações dos índices em períodos de um e de cinco anos. Mais especificamente, o artigo calcula o retrocesso democrático eleitoral, subtraindo os valores do índice de democracia eleitoral no momento  $t-1$  e no momento  $t-5$  do valor do índice democrático eleitoral no momento  $t$ . Do mesmo modo, calculamos o retrocesso liberal-democrático, subtraindo os valores do índice de democracia liberal no momento  $t-1$  e no momento  $t-5$  do valor do índice democrático liberal no momento  $t$ . Essas medidas constituem a nossa principal variável dependente. Além de informar a nossa principal variável dependente, o VDEM fornece aos pesquisadores diversas variáveis de controle que têm o potencial de confundir a nossa principal relação de interesse. Essas variáveis de controle englobam medidas de democracia eleitoral e liberal (em formato estático), educação, tamanho da população, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, produção de petróleo *per capita*, urbanização e expectativa de vida. Considerando seu potencial de inserir vieses na relação de foco deste artigo, os autores incluíram esses controles em suas avaliações do impacto das alianças internacionais ou “proximidade” na democracia e no retrocesso democrático na América Latina.

Para avaliar a principal relação de interesse deste artigo, os autores adotaram análises descritivas básicas e modelos de regressão. Inicialmente, os pesquisadores utilizaram ferramentas de visualização de dados para obter *insights* descritivos das nossas principais variáveis independentes e dependentes. Em seguida, os autores conduziram análises de regressão para investigar a relação em potencial entre essas variáveis. Como mencionado acima, regredimos as medidas do alinhamento dos

votos da ONU entre países latino-americanos e a China ou os Estados Unidos (considerados separadamente) em relação ao retrocesso eleitoral e liberal-democrático. Em especial, incorporamos os valores herdados das nossas principais variáveis independentes para abordar possíveis receios em relação à endogeneidade, que advêm da possibilidade de que o status ou o retrocesso democrático pode influenciar o alinhamento dos votos na direção oposta à da nossa hipótese. Embora estejamos cientes de que os receios relativos à endogeneidade podem persistir, tomamos as devidas precauções para mitigar estimativas enviesadas. Os nossos modelos de regressão também levam em consideração vários fatores que podem enviesar as estimativas. Esses modelos permitem-nos avaliar o impacto das alianças internacionais ou da proximidade no retrocesso democrático.

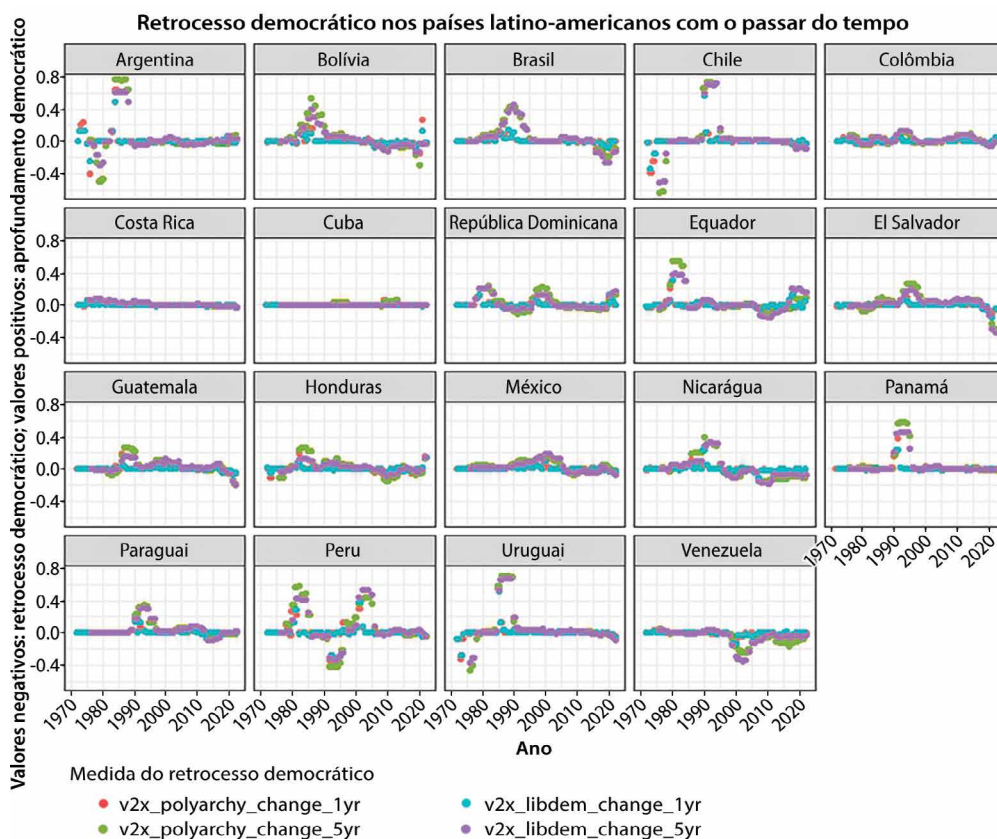
Reconhecendo as limitações das nossas análises quantitativas e o valor dos *insights* qualitativos, complementamos esta obra com dois estudos de caso breves que ilustram a dinâmica especial das relações da China com países específicos da América Latina: El Salvador e Brasil. Esses estudos de caso trazem *insights* valiosos sobre a principal relação de interesse em países com níveis diferentes de proximidade da China e características democráticas variadas.

## Resultados quantitativos



**Figura 1. Proporção dos votos da Assembleia Geral da ONU alinhados entre os países latino-americanos e as grandes potências**

A Figura 1 mostra o “alinhamento dos votos” da Assembleia Geral da ONU entre cada país da América Latina e os Estados Unidos ou a China com o passar do tempo, servindo como a nossa principal variável independente. Duas observações de interesse particular surgem dessa ilustração. Primeiramente, durante todo o período observado, os países da América Latina exibiram de forma consistente um nível de alinhamento em seus padrões de votação na Assembleia Geral da ONU maior com a China que com os Estados Unidos. Em segundo lugar, o alinhamento dos votos latino-americanos na ONU com a China parece exibir uma tendência crescente com o passar do tempo. É interessante notar que esses níveis elevados de alinhamento dos votos e as tendências crescentes precedem o início das relações econômicas significativas entre a América Latina e a China no século 21. Por outro lado, embora o alinhamento dos votos latino-americanos na ONU com os Estados Unidos apresente oscilações com o tempo, ele geralmente mantém um padrão relativamente estável.



**Figura 2. Democracia nos países latino-americanos com o passar do tempo**

A Figura 2 muda o foco para a variável dependente, apresentando duas medidas de mudança de regime político entre anos adjacentes e duas medidas de mudança de regime político em períodos de cinco anos. Esses cálculos baseiam-se em valores atuais e herdados dos índices de democracia eleitoral e democracia liberal do VDEM, como descrito acima. Nesta representação, um valor de zero significa a ausência de mudança de regime político, valores negativos denotam um retrocesso democrático, e valores positivos indicam um aprofundamento democrático.

Os dados revelam que a maioria dos países exibe valores de mudança de regime político que oscilam perto de zero, indicando mudanças políticas de curto prazo esporádicas em uma direção positiva ou negativa. Embora algumas nações tenham passado por mudanças de regime político mínimas com o tempo, uma parte considerável dos países da América Latina passou por transformações políticas abruptas. Como mencionado acima, no meio do século 20, a maioria das mudanças de regime político na América Latina foi considerada negativa em termos dos valores de medição, indicando uma mudança rumo ao autoritarismo. Em contraste, no fim do século 20, as mudanças de regime político apresentaram tendências positivas em termos dos valores de medição, refletindo um movimento rumo à democracia.

As Figuras 1 e 2 desempenham um papel crucial para elucidar dois aspectos principais: as tendências de alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU entre países latino-americanos, a China e os Estados Unidos (servindo principalmente como ponto de referência), e a dinâmica da democracia dentro da América Latina, nas formas estática e em evolução. Porém, esses números oferecem uma ajuda limitada para avançar a compreensão do artigo da inter-relação em potencial entre esses dois fatores. Para aprofundar-se nessa relação, os autores realizaram análises de regressão.

	Elec	Elec	Elec Change (1yr)	Elec Change (5yr)	Lib	Lib	Lib Change (1yr)	Lib Change (5yr)
Al. votes	0.04		-0.00		0.03		0.03	
China, 1 yr Lag	(0.02)		(0.02)		(0.02)		(0.02)	
Al. votes		0.06*		-0.07		0.04		0.02
China, 5 yr Lag		(0.02)		(0.06)		(0.02)		(0.05)
N	539	465	539	465	539	465	539	465
R2	0.94	0.94	0.02	0.18	0.95	0.95	0.04	0.10

\*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05.

**Tabela 1. Alinhamento de votos da Assembleia Geral da ONU com a China e democracia/retrocesso democrático na América Latina**

As Tabelas 1 e 2 mostram o resultado parcial de uma série de modelos de regressão projetados meticulosamente para medir o impacto de indicadores herdados do alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU entre países latino-americanos e a China (Tabela 1) e os Estados Unidos (Tabela 2).

	Elec	Elec2	Elec Change (1yr)	Elec Change (5yr)	Lib	Lib2	Lib Change (1yr)	Lib Change (5yr)
Al. votes China, 1 yr Lag	0.00 (0.00)		0.00 (0.00)		0.00 (0.00)		0.00 (0.00)	
Al. votes China, 5 yr Lag		0.00 (0.01)		-0.02 (0.01)		0.00 (0.00)		-0.02 (0.01)
Al. votes US 1 yr Lag	-0.01 ** (0.00)		-0.01 ** (0.00)		-0.01 *** (0.00)		-0.01 *** (0.00)	
Al. votes US 5 yr Lag		-0.01 (0.00)		-0.03 ** (0.01)		-0.01 (0.00)		-0.03 * (0.01)
N	538	464	538	464	538	464	538	464
R2	0.94	0.94	0.06	0.11	0.95	0.95	0.06	0.11

\*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05

**Tabela 2. Alinhamento de votos da Assembleia Geral da ONU com a China e os Estados Unidos, e democracia/retrocesso democrático na América Latina. Todos os precursores contínuos são centrados na média e seguem uma escala de desvio padrão de 1. \*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05**

Os achados apresentados na Tabela 1 indicam que, em sua maioria, os níveis recentes de alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com a China não exibem associações consideráveis com o tipo de regime político ou o retrocesso democrático, independentemente das medidas do VDEM utilizadas. Uma exceção a essa observação abrangente pode ser encontrada no Modelo 2, que sugere que o alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com a China cinco anos antes está relacionado a um aumento dos níveis seguintes de democracia eleitoral nos países latino-americanos.

Os modelos apresentados na Tabela 2 espelham os da Tabela 1, com a inclusão adicional de variáveis explanatórias relacionadas ao alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com os Estados Unidos. A Tabela 2 afirma as conclusões primárias obtidas da Tabela 1 em relação ao impacto pouco considerável do alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com a China na democracia e no retrocesso democrático na América Latina. No entanto, os dados também revelam que o alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com os Estados Unidos um ano antes está associado a uma redução dos níveis seguintes de democracia eleitoral e liberal nos países da América Latina. É interessante notar que o impacto do alinhamento não foi observado na análise do período de cinco



anos. Em termos de retrocesso democrático, os resultados são mais consistentes. O alinhamento dos votos da Assembleia Geral da ONU com os Estados Unidos, tanto um quanto cinco anos antes, aumenta as tendências dos países latino-americanos rumo ao retrocesso democrático, conforme medido pelos índices de democracia eleitoral e liberal.

Embora uma exploração abrangente dos fatores por trás desse resultado inesperado esteja fora do escopo deste artigo, salientaremos depois algumas possíveis limitações da nossa pesquisa e sugeriremos os rumos que as pesquisas futuras podem seguir. Por ora, passemos para dois estudos de caso qualitativos que trazem mais *insights* sobre o foco de pesquisa principal do artigo.

## **Estudos de caso**

### ***El Salvador***

El Salvador, sob a liderança do presidente Nayib Bukele, constitui um dos casos recentes mais preocupantes de retrocesso democrático na América Latina. Os investimentos econômicos consideráveis da China em El Salvador indicam uma divergência dos princípios democráticos e violações dos direitos humanos.

A eleição do presidente Bukele em 2019 marcou o início de uma consolidação inédita do poder executivo com violações sistemáticas dos direitos humanos, caracterizadas por ataques à independência das forças armadas, dos legisladores e do judiciário. Em fevereiro de 2020, sem o controle majoritário necessário para aprovar o financiamento de seu Plano de Controle Territorial, Bukele entrou na câmara legislativa com membros das forças armadas, cercado de apoiadores, e emitiu um ultimato à Assembleia Nacional. Após o controle legislativo obtido na eleição de 2021, a Assembleia controlada por Bukele substituiu a Procuradoria-Geral e todos os cinco membros da Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça.<sup>33</sup> Resumindo, o uso de intimidação dentro do poder legislativo e a nomeação de lealistas dentro do poder judiciário resultou em um declínio das proteções aos direitos humanos e democráticos em El Salvador. O estado de emergência permanente contra a violência das gangues, instaurado em 2022, permitiu a detenção arbitrária e desumana de milhares de pessoas, suspendendo vários direitos constitucionais, incluindo a presunção da inocência e o direito à defesa.<sup>34</sup> De acordo com Zaira Navas, a diretora jurídica da Cristosal, uma organização salvadorenha de direitos humanos, há provas suficientes para julgar El Salvador por crimes contra a humanidade no Tribunal Criminal Internacional por “tortura sistemática” de supostos membros de gangues detidos sob o estado de exceção de El Salvador. Isso inclui a morte de pelo menos 160 pessoas na prisão, além de vários casos de espancamento, desnutrição e sobreocupação.<sup>35</sup>

Embora os Estados Unidos critiquem fortemente a divergência do governo Bukele em relação à lei internacional e aos princípios democráticos, sua pressão é reduzida consideravelmente pela expansão dos investimentos diretos da China em El Salvador. Por exemplo, em resposta à crítica pública feita pela vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, em relação ao voto da Assembleia Nacional para remover os juízes dos tribunais constitucionais, o presidente Bukele disse: “Com todo o respeito: estamos faxinando a casa... E você não tem nada a ver com isso”.<sup>36</sup> Essa resposta reflete a posição tradicional da China de “não interferência” em assuntos internos e demonstra a influência direta dos investimentos de Pequim em El Salvador. Como mencionado anteriormente, a flexibilidade resultante da concorrência atual entre os EUA e a China permite que certos Estados que não desejam manter as condições democráticas atreladas aos auxílios dos Estados Unidos busquem a China como alternativa. Portanto, em 2018, El Salvador recebeu US\$ 150 milhões em investimentos iniciais da China para mudar seu alinhamento diplomático da Taipé democrática para a Pequim autoritária.<sup>37</sup> Os gastos constantes da China em El Salvador, coincidindo com a destruição doméstica de instituições democráticas pelo presidente Bukele, incluíram um Instituto Confúcio na Universidade de El Salvador, instalações de tratamento de água em Ilopango e La Libertad, construção de uma biblioteca nacional grande, um estádio esportivo e financiamento parcial do projeto de US\$ 200 milhões do presidente Bukele, chamado de “Surf City”.<sup>38</sup> Esses projetos públicos de alto perfil servem para elevar a persona populista de Bukele, seguindo o modelo autoritário do PCC. O investimento econômico da China em El Salvador reforça o culto de personalidade do presidente Bukele e, ao mesmo tempo, reduz a ameaça de sanções dos EUA. Consequentemente, apesar de uma “pausa nas relações” com Washington, o presidente Bukele goza de uma aprovação pública generalizada, geralmente acima de 80%.<sup>39</sup> Em junho de 2023, Bukele anunciou sua candidatura à reeleição, violando o limite constitucional do mandato presidencial. Se ganhar, ele será o primeiro presidente de El Salvador desde 1944 a ser reeleito e servir por vários mandatos.

## ***Brasil***

O Brasil, uma das democracias mais poderosas do hemisfério sul e da América do Sul, enfrenta desafios em potencial ao seu progresso democrático devido a conflitos regionais e pressões internacionais da República Popular da China, salientando o risco de retrocesso democrático.<sup>40</sup> A influência da China realça a fragilidade da democracia brasileira, evidente no interesse do Brasil em blocos regionais liderados pela China com o objetivo de desafiar os sistemas liberais internacionais existentes e conflitos políticos internos após a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva.<sup>41</sup>



Lula pretende expandir a influência global do Brasil, vendo a nação como hegemônica na América do Sul. Sua visão ficou evidente durante seus dois primeiros mandatos presidenciais, de 2003 a 2010, quando ele desempenhou um papel fundamental no estabelecimento do bloco geopolítico BRICS (composto por Rússia, Índia, China e África do Sul) como forma de opor-se aos sistemas bancários liberais internacionais predominantes. Esse contexto histórico explica as prioridades atuais de Lula para o Brasil. Em particular, Lula recentemente se ofereceu para intermediar um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia, enfrentando críticas por sua ingenuidade percebida na arena internacional. Em contraste com seu antecessor, Jair Bolsonaro, que adiou os encontros com o presidente chinês Xi Jinping por seis meses após tomar posse em junho de 2019, Lula participou de uma cúpula bilateral com Xi em abril de 2023. Isso indica um aprofundamento dos laços entre Brasil e China, enfatizando a receptividade do Brasil a uma interação direta com a China em busca de uma postura global de “não alinhamento e não intervenção”.<sup>42</sup>

O aprofundamento das relações sino-brasileiras, principalmente no âmbito do BRICS, dá cobertura aos políticos brasileiros para prejudicar a democracia internamente. Embora o BRICS tenha se focado na economia inicialmente, ele evoluiu para um bloco geopolítico com o objetivo de remodelar a ordem mundial liberal predominante. Os líderes do BRICS, inclusive Lula, criticaram instituições financeiras de liderança ocidental, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por vincular investimentos financeiros a compromissos democráticos.<sup>43</sup> No entanto, essa posição isola o Brasil de nações democraticamente alinhadas e protege seus líderes, incluindo Lula, de mecanismos internacionais de prestação de contas desenvolvidos para evitar a corrupção e as interferências em instituições democráticas. Os antecedentes históricos, como o escândalo de corrupção do “Mensalão” em 2005, ilustram a vulnerabilidade da democracia brasileira sem proteções internacionais robustas.<sup>44</sup> Portanto, é provável que as ameaças à democracia no Brasil persistam e até cresçam na ausência dessas proteções.

A causa real dessa instabilidade democrática é o aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e China, tanto diplomática quanto economicamente. Esse emaranhamento crescente coincide com choques consideráveis na democracia brasileira, incluindo a Operação Lava Jato em 2013, a eleição do presidente Bolsonaro e uma onda de líderes conservadores/de direita em 2016, uma tentativa de assassinato contra Bolsonaro em 2018, e mudança de volta para a esquerda com a eleição de Lula em 2022 e a invasão de Brasília em 8 de janeiro de 2023.<sup>45</sup> Coletivamente, a influência crescente da China no Brasil por meio de interações econômicas e diplomáticas compromete a estabilidade democrática do Brasil e dá cobertura política aos políticos antiliberais, solidificando o alinhamento do país com a ordem mundial liderada pela China.

## Conclusão

Em 2023, o surgimento da China como potência mundial é inegável. Embora estejamos obtendo um entendimento melhor dos objetivos internacionais abrangentes da China e das diversas ferramentas que ela usa para atingi-los, ainda não temos *insights* suficientes sobre como as interações ou alinhamentos com a China afetam as políticas domésticas, particularmente em termos de regimes políticos. Este artigo buscou oferecer uma avaliação inicial para abordar essa lacuna de conhecimento. A nossa análise quantitativa indica que o alinhamento com a China, principalmente na forma de votos na ONU, não parece levar a um retrocesso democrático doméstico. Porém, os nossos estudos de caso fornecem uma perspectiva com mais nuances sobre a relação em potencial entre o alinhamento com a China e o retrocesso democrático, sugerindo que outras formas de alinhamento, principalmente econômico e diplomático, são fatores mais plausíveis que contribuem para o declínio democrático observado na América Latina do século 21.

Novas pesquisas precisam aprofundar-se nessas possibilidades, explorando perguntas como: o alinhamento econômico com a China prejudica a democracia nos países da América Latina? O alinhamento diplomático com a China prejudica a democracia nos países da América Latina? Embora os nossos estudos de caso ofereçam indicações preliminares de que a resposta a ambas as perguntas seja afirmativa, novas investigações são necessárias para confirmar essa conclusão. Além disso, novas pesquisas precisam avaliar a nossa interpretação de que não necessariamente são as concessões impulsionadas pela concorrência estratégica que promovem o retrocesso democrático, mas o alinhamento com a China na arena internacional dá cobertura aos líderes do Sul Global, para que subvertam a democracia.

Além de sua importância acadêmica, sanar essas dúvidas trará *insights* cruciais para preservar a democracia e a ordem mundial liberal em uma era marcada pela concorrência estratégica. □

## Notas

1. Matt Spetalnick and Dave Sherwood, “China to Build Spy Base in Cuba, WSJ Says; US and Cuba Cast Doubt on Report” (“A China construirá uma base de espionagem em Cuba, de acordo com o WSJ; EUA e Cuba questionam relatório”), *Reuters*, 9 June 2023, sec. World, <https://www.reuters.com/>; and Joel Gehrke, “China Seeks ‘Naval Outpost’ in Nicaragua to Threaten US, Taiwan Warns” (“A China busca ‘posto naval’ na Nicarágua para ameaçar os EUA, Taiwan adverte”), *Washington Examiner*, 4 September 2022, <https://www.washingtonexaminer.com/>.
2. “Latin America Is under Authoritarian Threat” (“A América Latina enfrenta uma ameaça autoritária”), *The Economist*, 15 February 2023, <https://www.economist.com/>.
3. Suisheng Zhao, *The Dragon Roars Back: Transformational Leaders and Dynamics of Chinese Foreign Policy* (“O dragão rugir de volta: líderes transformadores e a dinâmica das políticas exteriores chinesas”) (Stanford, CA: Stanford University Press, 2022).
4. Rush Doshi, *The Long Game: China’s Grand Strategy to Displace American Order* (“O jogo longo: a grande estratégia da China para dismantelar a ordem americana”), Bridging the Gap (New York: Oxford University Press, 2021).
5. “Four Modernizations” (“Quatro Modernizações”), *Encyclopædia Britannica*, 11 August 2023, <https://www.britannica.com/>.
6. Rush Doshi, “Hu’s to Blame for China’s Foreign Assertiveness?” (“O Hu é culpado pela assertividade exterior da China?”), *Brookings*, 22 January 2019, <https://www.brookings.edu/>.
7. Doshi, *The Long Game* (“O jogo longo”).
8. Christoph Nedopil, “Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)” (“Países da Iniciativa do Cinturão e Rota”), *Green Finance & Development Center*, 2023, <https://greenfdc.org/>.
9. Jason Douglas, “China’s Drop in Exports Signals Deepening Slowdown in Global Trade” (“A queda da exportação da China indica um aprofundamento da desaceleração no comércio global”), *Wall Street Journal*, 13 July 2023, <https://www.wsj.com/>; and John P. Barker, Soo-Mi Rhee, and Dana Or, “A Mere Two Years After Adding Huawei to Entity List, BIS Announces First Enforcement Case” (“Meros dois anos depois de adicionar a Huawei à lista de entidades, o Banco de Compensações Internacionais anuncia primeiro caso de aplicação”), *Arnold & Porter*, 11 November 2021, <https://www.arnoldporter.com/>.
10. Pedro Allende, “What Do the Asian Infrastructure Investment Bank’s Recent Forays Outside of Asia Mean?” (“O que as ações recentes do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura fora da Ásia significam?”), *CSIS*, 28 October 2022, <https://www.csis.org/>.
11. “The History and Limits of America’s Favourite New Economic Weapon” (“A história e os limites da nova arma econômica favorita da América”), *The Economist*, 8 February, 2023, <https://www.economist.com/>.
12. Oliver Stuenkel, “BRICS Faces a Reckoning” (“O BRICS enfrenta uma reconsideração”), *Foreign Policy* (blog), June 22, 2023, <https://foreignpolicy.com/>; and Darya Korsunskaya and Alexander Marrow, “Russia Raises 2023 GDP Growth Forecast, Longer-Term Outlook Worsens” (“Rússia aumenta a previsão de crescimento do PIB de 2023, a perspectiva de longo prazo piora”), *Reuters*, 14 April 2023, <https://www.reuters.com/>.
13. Thomas des Garets Geddes, “Countering Western Sanctions: Building a CES Network by Ye Yan” (“Oposição às sanções do Ocidente: criação de uma rede de CES por Ye Yan”), *Sinification*, 25 May 2023, <https://www.sinification.com/>.
14. Sophie Wintgens, “China’s Growing Footprint in Latin America” (“A presença crescente da China na América Latina”), *fDi Intelligence*, 10 March 2023, <https://www.fdiintelligence.com/>.

15. Nancy Bermeo, “On Democratic Backsliding” (“Sobre o retrocesso democrático”), *Journal of Democracy* 27, no. 1, (January 2016): 5–19.
16. David Waldner and Ellen Lust, “Unwelcome Change: Coming to Terms with Democratic Backsliding” (“Mudança indesejada: como lidar com o retrocesso democrático”), *Annual Review of Political Science* 21, no. 1, (18 January 2018): 93–113, <https://doi.org/>.
17. Waldner e Lust, “Unwelcome Change” (“Mudança indesejada”).
18. Steven Levitsky and Lucan A. Way, “Linkage versus Leverage. Rethinking the International Dimension of Regime Change” (“Vínculos versus influência: repensando a dimensão internacional da mudança de regime”), *Comparative Politics* 38, no. 4 (July 2006): 379–400.
19. Juliet Kaarbo, “A Foreign Policy Analysis Perspective on the Domestic Politics Turn in IR Theory” (“Uma perspectiva analítica de política externa das políticas domésticas vira uma teoria de Relações Internacionais”), *International Studies Review* 17, no. 2, (2015): 189–216.
20. Mushahid Hussain, “Alliances in International Politics” (“Alianças na política internacional”), *Strategic Studies* 2, no. 3, (1979): 51–63; and Aaron Rapport and Brian Rathbun, “Parties to an Alliance: Ideology and the Domestic Politics of International Institutionalization” (“As partes de uma aliança: ideologia e a política doméstica da institucionalização internacional”), *Journal of Peace Research* 58, no. 2, (1 March 2021): 279–93, <https://doi.org/>.
21. T Camber Warren, “Modeling the Coevolution of International and Domestic Institutions: Alliances, Democracy, and the Complex Path to Peace” (“Modelagem da coevolução das instituições internacionais e domésticas: alianças, democracia e o caminho complexo à paz”), *Journal of Peace Research* 53, no. 3 (May 2016): 424–41.
22. Warren, “Modeling the Coevolution of International and Domestic Institutions” (“Modelagem da coevolução das instituições internacionais e domésticas”).
23. Ronald Rogowski, *Commerce and Coalitions: How Trade Affects Domestic Political Alignments* (“Comércio e coalizões: como o comércio afeta os alinhamentos políticos domésticos”) (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989).
24. Christina Lu and Rocio Fabbro, “China’s Latin American Gold Rush Is All About Clean Energy” (“A corrida do ouro da China na América Latina é focada na energia limpa”), *Foreign Policy* (blog), 27 February 2023, <https://foreignpolicy.com/>.
25. Daniel Ramos, “Bolivia Taps Chinese Battery Giant CATL to Help Develop Lithium Riches” (“Bolívia pede ajuda da gigante chinesa das baterias CATL para desenvolver riquezas de lítio”), *Reuters*, 20 January 2023, sec. Tecnologia, <https://www.reuters.com/>.
26. “Final Report of the Audit of the Elections in Bolivia: Intentional Manipulation and Serious Irregularities Made It Impossible to Validate the Results,” Organization of American States (“Relatório final da auditoria das eleições na Bolívia: manipulação intencional e irregularidades graves impossibilitaram a validação dos resultados”), 4 December 2019, <https://www.oas.org/>.
27. Warren P. Strobel et al., “Beijing Plans a New Training Facility in Cuba, Raising Prospect of Chinese Troops on America’s Doorstep” (“Pequim planeja um novo centro de treinamento em Cuba, levantando receios de tropas chinesas às portas dos EUA”), *Wall Street Journal*, 20 June 2023, <https://www.wsj.com/>; Nora Gámez Torres and Jacqueline Charles, “Pentagon’s Leaked Docs Show Russia and China’s Reach in Latin America and the Caribbean” (“Documentos vazados do Pentágono mostram o alcance da Rússia e da China na América Latina e no Caribe”), *Miami Herald*, 28 April 2023, <https://www.miamiherald.com/>.
28. “Panama Canal Traffic Along Principal Trade Routes” (“O tráfego das principais rotas comerciais pelo Canal do Panamá”), (Canal de Panamá, 2022), <https://pancanal.com/>.

29. Daniel F. Runde and Amy Doring, “Key Decision Point Coming for the Panama Canal” (“Ponto de decisão importante chegando para o Canal do Panamá”), *CSIS*, 21 May 2021, <https://www.csis.org/>.
30. Associated Press, “Honduras Establishes Ties with China after Break from Taiwan” (“Honduras estabelece laços com a China depois de romper com Taiwan”), *NPR*, 27 March 2023, sec. América Latina, <https://www.npr.org/>.
31. David Robinson and Nicholas Goguen-Compagnoni, “Unvotes: United Nations General Assembly Voting Data” (“Não votos: dados de votação da Assembleia Geral das Nações Unidas”), 9 March 2021, <https://cran.r-project.org/>; and Michael Coppedge et al., “V-Dem [Country-Year/Country-Date] Dataset v11,” *Varieties of Democracy Project*, 2021, <https://doi.org/>.
32. Robinson and Goguen-Compagnoni, “Unvotes” (“Não votos”).
33. “US Concerned over Removal of Top Salvadorean Judges” (“EUA preocupados com remoção de principais juízes salvadorenhos”), *BBC News*, 3 May 2021, sec. América Latina e Caribe, <https://www.bbc.com/>.
34. Natalie Kitroeff e Daniele Volpe, “El Salvador Decimated Its Ruthless Gangs. But at What Cost?” (“El Salvador dizimou suas gangues impiedosas. Mas qual foi o custo?”), *New York Times*, 9 April 2023, sec. Mundo, <https://www.nytimes.com/>.
35. Julia Gavarrete, “There Is Enough Evidence for El Salvador to Be Tried for Crimes against Humanity” (“Há provas suficientes para que El Salvador seja julgado por crimes contra a humanidade”), *El Faro*, 7 June 2023, <https://elfaro.net/>.
36. “US Concerned over Removal of Top Salvadorean Judges” (“EUA preocupados com remoção de principais juízes salvadorenhos”), *BBC News*, 3 May 2021, sec. América Latina e Caribe, <https://www.bbc.com/>.
37. Nelson Renteria et al., “China Pledges \$150 Million Aid to El Salvador as Relationship Deepens” (“China promete auxílio de US\$ 150 milhões a El Salvador, aprofundando a relação”), *Reuters*, 8 November 2018, sec. Mercados Emergentes, <https://www.reuters.com/>.
38. R. Evan Ellis, “China and El Salvador: An Update” (“China e El Salvador: atualização”) *CSIS*, 22 March 2021, <https://www.csis.org/>.
39. “El Salvador’s President Is Running for Reelection, Though Critics Say the Constitution Prohibits Him” (“O presidente de El Salvador candidatou-se à reeleição, embora os críticos digam que a constituição o proíbe”), *AP News*, 26 June 2023, <https://apnews.com/>.
40. International Monetary Fund, “Gross domestic product (GDP) in Latin America and the Caribbean in 2021, by country (in billion U.S. dollars)” (“Produto Interno Bruto (PIB) na América Latina e no Caribe em 2021, por país [em bilhões de dólares dos EUA]”), *Statista*, 15 October 2022, <https://www.statista.com/>.
41. Vanessa Barbara, “Opinion | My Country Is Reaching Out to People the West Can’t Stand” (“Opinião: o meu país está buscando pessoas que o Ocidente não suporta”), *New York Times*, 2 May 2023, sec. Opinião, <https://www.nytimes.com/>.
42. “Brazil’s Foreign Policy Is Hyperactive, Ambitious and Naive” (“A política externa do Brasil é hiperativa, ambiciosa e ingênua”), *The Economist*, 10 April 2023, <https://www.economist.com/>.
43. Kalinga Seneviratne, “BRICS Nations Lead Push for Freedom from Western Financial System” (“Nações do BRICS querem libertar-se do sistema financeiro ocidental”), *South China Morning Post*, 26 April 2023, <https://www.scmp.com/>.
44. PGR BRASILEIRO, “Mensalão” foi o ‘mais escandaloso caso de corrupção no Brasil’, *Notícias ao Minuto*, 19 de maio de 2013, <https://www.noticiasao minuto.com/>.

45. “Attack on Democratic Institutions in Brazil: Statement by Human Rights Watch” (“Ataque a instituições democráticas no Brasil: declaração da Human Rights Watch”), *Human Rights Watch* (blog), 8 January 2023, <https://www.hrw.org/>.

**Kelly Senters Piazza, PhD, Academia da Força Aérea dos Estados Unidos**

A Dra. Kelly Piazza (Senters) é professora associada de ciência política da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos e participou do Grupo de Estratégia de Aspen do Programa de Líderes em Ascensão de 2023. Ela se formou no Lafayette College em maio de 2013 e obteve seu PhD na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign em agosto de 2018. A Dra. Piazza especializou-se em política comparativa e estuda gênero, corrupção, criminalidade, transições de regimes políticos, a economia política do desenvolvimento, relações civil-militares e concorrência estratégica no Brasil e na região da América Latina como um todo. Já publicou artigos sobre esses temas na *World Development*, *Latin American Research Review* e *Latin American Politics and Society*, entre outros veículos, e a Fundação Lemann, a Fundação Tinker e o Departamento de Educação dos Estados Unidos apoiaram seu desenvolvimento profissional e sua pesquisa.

**Cadete Max Lasco, Academia da Força Aérea dos Estados Unidos**

O cadete Max W. Lasco é um cadete de segunda patente na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos que está cursando Estudos em Áreas Estrangeiras, com foco secundário em chinês e espanhol. O cadete Lasco segue as pegadas de seu pai e seus avós ao servir à academia e à Força Aérea. Desde que se formou como presidente da turma em uma escola de Ensino Médio internacional de Houston, Texas, o cadete Lasco tem interesse em idiomas e assuntos internacionais. Ele está estudando na Escola Militar de Aviação de Cali, Colômbia, em um semestre de intercâmbio. Ele também recebeu a bolsa Stamps, que permitiu que ele realizasse sua pesquisa inter-regional sobre o tema da concorrência diplomática entre EUA, Taiwan e China na América Latina.

**Cadete Jacqueline Kelly, Academia da Força Aérea dos Estados Unidos**

A cadete Jacqueline Kelly ocupa um cargo sênior na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos. Ela está cursando Estudos em Áreas Estrangeiras e Ciência Política, com foco secundário em chinês. Kelly espera ser escolhida para o treinamento de pilotos e, em algum momento de sua carreira, tornar-se Oficial de Áreas Estrangeiras. Seus interesses acadêmicos incluem política externa chinesa, estratégia militar, história da China e concorrência entre grandes potências.

**Cadete Harvey Regin, Academia da Força Aérea dos Estados Unidos**

A cadete Harvey Regin nasceu e cresceu em Dallas-Fort Worth, Texas, e entrou na Academia da Força Aérea em junho de 2020. Sua meta de vida é manipular as relações entre a China e os EUA a favor dos Estados Unidos da América, tanto em tempos de paz quanto em tempo de guerra. Regin concluirá sua graduação em Estudos em Áreas Estrangeiras e Ciência Política, com foco secundário em chinês, em maio de 2024, com o objetivo final de tornar-se Oficial de Áreas Estrangeiras. Seus interesses incluem investimentos imobiliários, concorrência entre grandes potências, política externa da China, política doméstica da China e estratégia militar

**Cadete Joncarl Vera, Academia da Força Aérea dos Estados Unidos**

O cadete Joncarl “JC” Vera é um cadete de primeira classe na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos. Ele está cursando Estudos em Áreas Estrangeiras com foco na região latino-americana dentro da cátedra de Ciência Política, com foco secundário em português. Ele se formará na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos em maio de 2024 e pretende se tornar piloto da Força Aérea dos Estados Unidos. Os interesses de JC incluem concorrência entre grandes potências/estratégica na região da América Latina e do Caribe, e assuntos militares nas regiões dos Estados Unidos e da América Latina e do Caribe. Seus interesses acadêmicos já o levaram em uma viagem pelo mundo que incluiu imersões no Camboja, Vietnã, Honduras e Washington, D.C., onde ele estagiou no Centro William J. Perry de Estudos em Defesa Hemisférica.